

Universidade: Compromisso Social e Participação em Projetos Sociais

Maria da Glória Gohn*

Resumo

O texto focaliza o debate atual sobre o compromisso da universidade na sociedade para o desenvolvimento de projetos sociais e ou cursos de formação social a grupos, associações civis, movimentos sociais, entidades públicas, e o público dos conselhos sociais. O argumento central desenvolvido é: a ação de compromisso social é uma construção histórica entre diferentes agentes e atores sociais. Ela não pode ser um programa elaborado em um gabinete e implantado junto a um grupo social. Se assim for, estaremos no terreno da assistência, da caridade, ou do clientelismo. O compromisso social é fruto de um feixe de relações e ações, com sentido e significado inteligível e pactuado entre as instituições e organizações envolvidas – seja numa universidade ou noutra, onde haja aprendizagens, construção de saberes, ações que situem os indivíduos no centro de formação, onde a informação é um elemento e não a finalidade da ação.

Palavras-chave: Universidade, projeto social, compromisso social.

* Maria da Glória Gohn, socióloga, é doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, e pós-doutora pela New School of University, Nova York. É professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Pesquisadora I do CNPq, vice-presidente do Research Committee Social Classes and Social Movements (RC 47) da Associação Internacional de Sociologia. Membro do Comitê de Periódicos Científicos do CNPq. Tem 16 livros publicados sobre a temática dos movimentos sociais, entre eles: *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo* (Vozes, 2010); *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (Loyola, 2009, 2ª ed.); *Teoria dos Movimentos Sociais* (Loyola, 2011, 9ª ed.); e *Movimentos Sociais e Educação* (Cortez, 20012, 8ª ed.).

Abstract

University: Social commitment and Involvement in social projects

The text focuses on the current debate about the commitment of the University in society for the development of social projects and social training courses or to groups, civil associations, social movements, public entities, and the public of the social councils. The central argument is developed-the action of social commitment is an historical building between different actors and social agents. This action can't be a program developed in an office and deployed together with a social group. If so, we will be in the field of assistance, charity, or patronage. Social commitment is the result of a bundle of relationships and actions with sense and meaning intelligible and agreed between the institutions and organizations involved-whether you're a university or another, where there are apprenticeships, construction of knowledge, actions that the individuals in training center, where the information is an element and not the purpose of the action.

Keywords: University, social project, social commitment.

Apresentação

O tema universidade envolve múltiplos olhares. Podemos realizar históricos sobre a trajetória desta instituição milenar caracterizando origens e formas de tratar a questão do conhecimento, a exemplo de Peter Burke (2003), Wanderley (1983) e outros; podemos focalizá-lo na conjuntura atual, bastante contraditória, quando se diz que conhecimento é uma arma de poder; entretanto, sabe-se que este poder tem diretrizes, normativas, protocolos de exigências etc., que se situam fora da universidade. Podemos falar também do papel das universidades – em termos de sua transformação em centros de excelência para atender à lógica do capital; ou ainda na busca de democratização do conhecimento e preocupada com os processos de mudança e transformação social. Podemos falar das reformas, retomando mais uma vez a de Bolonha, assim como podemos tratar das diferentes visões pedagógicas e metodológicas que envolvem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Outra abordagem poderá ser a localização das universidades em seus territórios, com histórias, culturas e pertencimentos. Apesar da paixão que as memórias despertam, não é este o caminho escolhido para construir este texto. Ele irá refletir, inicialmente, sobre o tema do compromisso social; num segundo momento focalizará a questão da formação sob uma ótica específica – a das inovações democráticas que têm sido introduzidas nas formas de produção e difusão de saberes, a exemplo das formas colegiadas de gestão, construídas a partir da participação de representantes da sociedade civil organizada em espaços públicos. O suposto e a justificativa são: estas ações demandam e constroem, ao mesmo tempo, formas educacionais na sociedade atual. Como tal, devem ser incorporadas no estudo, pesquisa e ensino que são realizados nas universidades.

Na atualidade, as universidades se multiplicaram e massificaram-se; ao mesmo tempo, ampliaram seu campo de atuação para outras atividades muito além da formação para o ensino superior, abrigando laboratórios, observatórios, bancos e acervos de dados, museus, editoras, além das atividades comerciais-livrarias, restaurantes, shoppings etc. As parcerias entre unidades universitárias e empresas – públicas e privadas, é uma atividade usual e valorizada por muitos na atualidade. Assessorias a órgãos governamentais também são avidamente procurados. A universidade tem sido também grande celeiro de formação de dirigentes políticos e empresariais, chegando a ser indicador de avaliação do currículo destas pessoas segundo a origem de sua formação/certificação. Aliás, indicadores é o que não falta no dicionário atual das universidades. Eles são o centro das avaliações, pautam, regulam e controlam seu cotidiano. Este modelo, apresentado como moderno, que se distancia muito das universidades humanistas de séculos atrás, modernizou sua gestão no que se refere ao uso de novas tecnologias e recursos informacionais, criando gráficos e planilhas com matrizes a partir de índices e indicadores quantitativos. Aplica-se, entretanto, este novo modelo, apelando para formas de controle advindas das primeiras décadas do século XX, baseadas na visão fordista-taylorista de controle da produção com estímulos à produtividade, sem qualificar o tipo de produção que está sendo gerado, sem olhar para

os sujeitos que estão produzindo, os objetos que estão sendo estudados-pesquisados, e o sentido e significado destas produções. O que importa são os números para o *marketing* dos *rankings* competitivos, que também determinam o acesso aos fundos e verbas públicas. Neste cenário, um dos temas de debate é a questão da responsabilidade *versus* compromisso social.

1. Responsabilidade Social x Compromisso Social

Após a fase movimentalista da sociedade latino-americana, especialmente a brasileira, dos anos de 1970 e 1980, na luta contra os regimes militares, um novo dicionário de termos e jargões entrou em pauta na agenda das políticas, tanto das empresas (públicas ou privadas), como nas políticas sociais governamentais e, progressivamente, nas universidades. Um dos verbetes principais foi o da responsabilidade social. Sabemos que vários direitos sociais foram conquistados nas novas Cartas Constitucionais. Tratava-se agora não só de implementá-los, mas também de disciplinar suas contraposições, os deveres. E a responsabilidade civil das empresas, cidadãos, universidades etc., entraram neste rol. As empresas privadas foram as primeiras a adotar os novos códigos e discursos da responsabilidade social nas re-engenharias que passaram a implementar face às transformações advindas da globalização econômica. A maioria das estratégias das empresas tem sido tratar as questões de responsabilidade social como um processo de gestão empresarial corporativo em dois grandes campos. No primeiro, ela pode ser entendida tanto como política interna das empresas, a qual se refere à melhoria da qualidade de vida dos colaboradores – terminologia pós-moderna para funcionários, ou simplesmente empregados; no segundo, como política externa – quando é dirigida ao entorno próximo ou longínquo da empresa ou universidade, em ações sociais continuadas que buscam promover a inclusão social de populações classificadas como vulneráveis ou menos favorecidas. Observam-se nos argumentos das políticas que justificam estas ações uma lógica discursiva impulsionada pelo campo dos negócios – as empresas têm responsabilidade porque têm lucros, os cidadãos pagam impostos, nem todos têm acesso aos bens produzidos, as empresas também devem colaborar na criação de condições gerais para a manutenção do modelo econômico. A responsabilidade social é vista como uma ação de solidariedade (instrumental) do produtor/suporte da ação – a empresa, no caso, para com aquele que recebe a ação ou o benefício, visto como usuário/consumidor

Atualmente, empresas e organizações sociais têm alterado a denominação em seus estatutos e regimentos de “responsabilidade social”, para “compromisso social”. Dentre estas organizações encontramos a universidade, especialmente as privadas e as comunitárias. Usualmente, elas recomendam também que as práticas da responsabilidade/compromisso social devem ser apoiadas numa consciência sobre a necessidade de um desenvolvimento ambientalmente equilibrado e socialmente justo.

Contudo, estas noções surgiram num momento crítico e muito contraditório do processo de globalização – de expansão dos processos produtivos no planeta segundo

nova divisão internacional do trabalho, onde há trabalho, mas escassez de emprego com direitos sociais formais; ocorre a ocupação econômica de novos territórios, mas de forma selvagem – estrangulando a indústria local, inundando o mercado local com produtos importados de baixo custo e qualidade, destruindo culturas locais, ao mesmo tempo em que se valorizam práticas de produção alternativas, produtos artesanais etc. Em países como o Brasil, resulta que temos empresas prósperas e universidades de excelência em ambientes urbanos e regiões de habitação e moradia popular deteriorados; consumidores de alto, médio e até os de baixo poder aquisitivo extasiados com o mundo do consumo, ao mesmo tempo em que ainda temos altos índices de pobreza, exclusão social e injustiças sociais; um grande contingente de força de trabalho excedente, mas inapta às necessidades técnicas das empresas – as quais continuamente preconizam que deve haver mais qualidade na educação, ao mesmo tempo falta mão de obra qualificada para certas funções.

Nesta conjuntura, pergunta-se: qual a densidade e a validade das noções, responsabilidade/compromisso social e desenvolvimento sustentável? Serão capazes de resolver ou impactar os problemas sociais existentes? Ou são apenas novas formas de encobrir problemas sociais? A ação socialmente responsável restabelece as condições para seu crescimento e perpetuação? Sustentabilidade ambiental e social são necessidades da sociedade ou só de grupos corporativos? E as universidades? Têm algo a ver com tudo isto? Sabemos que elas também têm assumido estas noções como mote de suas ações, quer seja nos programas e projetos desenvolvidos nas parcerias, na propaganda e *marketing* para seduzir/arregimentar alunos etc. A maioria delas transformou seus departamentos de extensão à comunidade em políticas de responsabilidade social com o desenvolvimento de projetos sociais. Como atuam, de fato, no campo da responsabilidade/compromisso social? São práticas antigas sob uma nova roupagem ou são efetivamente novas práticas?

De concreto podemos constatar que com as últimas novidades na revolução tecnológica na informática, nos meios de comunicações, nas mídias interativas, nas novas formas de divisão internacional do trabalho etc., o sistema capitalista necessita de um gigantesco processo de revisão e adaptação à realidade por ele mesmo engendrada, para que as injustiças sociais sejam combatidas. E esta adaptação não tem sido construída pelos agentes econômicos, muito menos pela universidade com sua faceta operacional quantitativa, mas ela tem sido pautada, criada e impulsionada pelo protagonismo da sociedade civil organizada. A responsabilidade/compromisso social, por exemplo, enquanto iniciativa, foi incorporada em muitas empresas como resposta às pressões de movimentos sociais – especialmente ambientalistas, que denunciavam os impactos negativos das empresas no meio ambiente e na saúde de seus trabalhadores e da população do entorno; ou a pressões sobre a responsabilidade das empresas para com o desenvolvimento social do país onde atuam, sob o argumento de que o Estado, ou melhor dizendo, os governos constituídos – dadas suas estruturas seculares e a não reforma efetiva destas estruturas operacionais, não têm sido capazes de responder e agir de forma eficaz em relação a toda demanda de problemas sociais geradas pelo modelo econômico vigente.

Importa neste momento fazer uma releitura destas ações, ressignificando o termo compromisso social enquanto políticas de orientação de comportamentos, condutas, desenvolvimento de valores, criação de imaginários sociais, mentalidades e práticas efetivas, de forma distinta da lógica empresarial – que usualmente é de caráter instrumental. Importa refletirmos sobre lógicas da ação coletiva de caráter emancipador, voltadas para o desenvolvimento e crescimento dos seres humanos, um desenvolvimento social e econômico com justiça social e igualdade social (que não é a mesma coisa que equidade social). Supõe-se que deve predominar outra lógica das ações empreendidas, formadas em rede e articuladas por princípios da solidariedade e da cooperação, onde o compromisso social vincula-se ao desenvolvimento sustentável – não para desobrigar governos ou entidades de prover recursos econômicos, mas sustentável no sentido de formar, qualificar, criar condições que levem à emancipação dos grupos populacionais envolvidos e à melhoria da qualidade de vida. A transfiguração de responsabilidade para compromisso social incorpora outra lógica na qual as ações desenvolvidas devem estar ancoradas em princípios éticos, de solidariedade não instrumental/estratégica, mas solidariedade humana. Incorpora outra cultura política, a ser construída no processo.

Chegamos assim ao nosso argumento central – a ação de compromisso social é uma construção histórica entre diferentes agentes e atores sociais. Ela não pode ser um programa elaborado em um gabinete e implantado junto a um grupo social. Se assim for, estaremos no terreno da assistência, da caridade, ou do clientelismo. O compromisso social é fruto de um feixe de relações e ações, com sentido e significado inteligível e pactuado entre as instituições e organizações envolvidas – quer seja uma universidade ou outra, onde há aprendizagens, construção de saberes, ações que situem os indivíduos no centro do processo e não as imagens de uma empresa, a busca do lucro ou do *marketing*. Trata-se de um processo de formação, no qual a informação é um elemento e não a finalidade da ação. Trata-se de processos em que se expressa o protagonismo da sociedade civil. Como este protagonismo também é amplo, vou destacar neste texto o associativismo dos movimentos sociais, ONGs e outras entidades do Terceiro Setor, tratando-os como agentes estruturantes de possíveis formas de desenvolvimento sustentável. Objetiva-se apresentar estes atores e indicar possíveis impactos no território, quando estes atores se organizam em redes de instituições. Objetivamos destacar o campo da educação, tanto as lutas e movimentos no seu interior, como a educação como responsável pela formação dos cidadãos. Consequentemente, a universidade é um dos palcos privilegiados destas ações. Que saberes impulsiona ou constrói? Qual seu papel no processo de mudança e transformação social, especialmente em contextos de desigualdades e injustiças sociais?

Desde logo demarco um ponto importante: a universidade deve ser vista como centro de sistematização, organização e produção de conhecimento. Sabemos que há várias formas de conhecimento, mas a universidade tem que ter como meta o compromisso com a produção de saberes e conhecimento. Situa-la como mero espaço físico de cursos de capacitação, principalmente os aligeirados, é um grande equívoco. Massificação não

é sinônimo de emancipação, poderá ser uma nova forma de controle social. Enquanto compromisso com a prática reflexiva, as universidades devem estimular, principalmente, a produção de conhecimentos que explicitem a realidade, e não ser meros centros de prestação de serviços, ou *shoppings* para titular as novas camadas sociais que estão chegando ansiosas à universidade.

Na atualidade, a formação ganha novos contornos com o desenvolvimento das novas tecnologias, especialmente as advindas da informática, das redes e meios comunicacionais. A informação tornou-se um produto mais acessível, via *Internet* e outros meios digitais. A questão é: qualificar esta informação e selecioná-la. Para tal é necessária uma formação crítica, uma formação que tenha fundamentos para que se possa localizar e compreender o contexto e as tramas articulatórias envolvidas nas informações. Formar cidadãos(ãs) críticos, ativos e não meros espectadores dos fatos exige outro tipo de universidade que não é a predominante neste novo século.

Certamente que ao falarmos do caráter da formação universitária estamos discutindo também um dos temas centrais da modernidade, a educação. Passo, assim, para a segunda parte deste texto, parte das reflexões sobre compromisso e formação, e que aborda os sujeitos que demandam e/ou constroem com suas lutas e movimentos, processos educacionais no Brasil.

2. Processos de formação e a educação universitária.

Um dos grandes desafios, na era da globalização, é a construção e implementação de *processos educacionais* que contemplem a autonomia, que explicitem as diferenças entre ocupar espaços públicos somente, e ocupá-los com uma visão crítica do mundo. É necessário deixar de ser dependente de práticas políticas do passado. A autonomia refere-se à possibilidade de inserir-se em dado contexto social e compreender as circunstâncias da existência social, econômica, cultural e ética na globalização; ela é uma das formas para vencer as dificuldades de compreensão da dimensão política do mundo que a cerca, para além dos problemas emergentes locais; ter autonomia para conviver com as fragmentações e os antagonismos de uma sociedade que faz dos conflitos a sua base de sustentação, para compreender as novas concepções do processo cultural civilizatório em marcha na globalização. Autonomia como instrumento de formação de um cidadão capaz de ser e de agir, de ter um entendimento crítico da sociedade globalizada, de ler o mundo a partir de valores e metas de emancipação. A autonomia é um valor para que se construa uma sociedade onde haja mudanças e emancipação sociopolítica e cultural dos indivíduos e não a formação de redes de clientes usuários, não emancipatórias. Estes desafios remetem à figura de sujeitos coletivos da sociedade civil organizada em movimentos sociais e diferentes formas de associações e fóruns comunitários, os quais têm pautado a questão das lutas emancipatórias. Dentre estes, destacamos aqui diferentes tipos de conselhos existentes na sociedade, pois são eles que demandam formação na atualidade, e o desenvolvimento de projetos sociais junto a comunidades socioeconômicas ou em situação de risco. A universidade deve olhar para este universo e atuar.

3. A questão da qualificação dos conselheiros

Cursos, seminários, oficinas, laboratórios, estágios etc., é o que se ouve por todos os lados: da sociedade política e da sociedade civil. ONGs e outras formas de organizações sociais têm sido criadas aos borbotões para capacitarem as novas organizações populares? E a universidade tem saído de sua habitual letargia na formação dos conselheiros?

O que temos a dizer sobre tudo isto? A formação é necessária, mas é preciso é que se desenvolva, junto com a formação técnica (reduzida ao termo “capacitação”), a formação política, no sentido político-cultural. Adauto Novaes afirma:

Políticas públicas para formação de diferentes sujeitos e níveis educacionais são fundamentais, mas elas são escassas. O que se observa na atualidade no campo educacional são discussões sobre quem será o melhor gestor, o melhor administrador. Não se apresentam os projetos sociopolíticos que informam aquelas concepções, e nem suas plataformas políticas. É uma luta pelo poder das palavras e dos significados sem que se façam diagnósticos realísticos sobre a realidade educacional ou a realidade dos sujeitos advindos da sociedade civil, participantes de processos de gestão colegiadas previstos em lei, a exemplo dos conselhos gestores. Essa não é uma situação particular do Brasil. (Novaes, 2010, p. E6)

O cidadão precisa desenvolver o pensamento reflexivo, a capacidade de raciocínio, a percepção para que possa fazer uma leitura do mundo ao seu redor, pelo menos. Reconhecer, identificar processos e relações e não apenas pessoas com suas insígnias, cargos, postos de autoridade ou grau de parentesco e várias afiliações. O cidadão tem que ter acesso a informações do mundo político, econômico, cultural, e saber decodificá-las com seu próprio raciocínio, usar seus argumentos para construir frases e se expressar. Precisam saber ler e interpretar um jornal e, ao ouvir uma notícia, decodificar os grupos de interesses que se escondem por detrás de cada argumento apresentado. O cidadão precisa, em suma, entender que a “verdade” é construída e reconstruída segundo dados interesses das diferentes leituras de mundo dos indivíduos.

É preciso que haja a oferta de cursos, mas não se pode partir de uma concepção bancária, como criticava Paulo Freire, partindo de supostos de que há ausências e vamos lá depositamos pseudoconhecimentos. Quando a caixa atingir certo nível de depósitos, eles estariam “capacitados”.

O ponto de partida dos processos educacionais voltados para a formação deve ser:

- 1- As pessoas detêm saberes – cada um dentro de sua área e competência. Há de haver formas pedagógicas para despertar estes saberes, para que se transformem em conhecimentos.
- 2- Mas há também conhecimentos que precisam ser compreendidos minimamente, alguns de natureza técnica, e há conhecimentos falsos que precisam ser desmistificados, foram introduzidos nas cabeças como verdades absolutas, mas eles estão errados.
- 3- A mudança social exige mudança de mentalidades. Uma nova cultura política não se forma se novos valores não forem desenvolvidos/criados, disseminados. Par-

participar em igualdade de condições em uma reunião de debate e decisão de temas de gestão pública é uma novidade para a população e para os administradores e gestores deste país. Inovações democráticas não são implantadas por leis ou regulamentos. Devem ser construídas em processos sociais, e depois, em alguns casos, normatizadas em formas conselheiristas ou outras.

4- Há necessidade também de aprender os códigos e as formas de pensar dominantes, para poder desconstruí-las ou democratizá-las. Robert Darnton disse em Paraty, no Encontro da FLIP (2010), “temos de entrar também na cabeça dos opressores e não só solidariedade com os oprimidos”.

Um curso de formação não pode nunca ser apenas um decágono de regras, leis, normas e procedimentos. O conselheiro, enquanto cidadão(ã) é um sujeito sociopolítico e cultural em formação. Ele deve aprender a fazer uma LEITURA DO MUNDO. Quem ele é, quem representa, quem são os outros, quais são os interesses universais, quais são os interesses particularistas que estão perturbando a gestão da coisa pública, quais os mecanismos para impedi-los, quais os direitos e os deveres dos conselheiros etc.

A qualificação deve se basear num tripé: informação, conhecimento e ação. Só com esta tríade é que se pode gerar um saber novo. O SABER é condição para o exercício da cidadania. Mas trata-se de um EMPODERAMENTO e não do poder derivado da força, de dominar o outro. Poder com soberania e não poder dominado, subordinado.

É preciso também construir indicadores para avaliar esta eficiência. Mas indicadores qualitativos e elaborados em conjunto com os representantes da sociedade civil organizada, construídos a partir de uma relação dialógica, entre sociedade civil e sociedade política.

Ao tratarmos de processos de formação a sujeitos representantes da sociedade civil em distintas formas de conselhos, devemos lembrar também dos processos de educação não formal e o papel do educador social que atua nestes processos. Isto porque os conselheiros atuam em suas comunidades no campo da educação não formal. Eles são os educadores sociais que realizam (ou devem realizar) a mediação entre os representantes do poder público, e a comunidade civil, o povo propriamente dito. A educação não formal emerge da figura do educador social (ver Gohn, 2010). O Educador Social é algo mais que um animador cultural, embora ele também deva ser um animador do grupo. Para que ele exerça um papel ativo, propositivo, e interativo, ele deve continuamente desafiar o grupo de participantes para a descoberta dos contextos onde estão sendo construídos os textos (escritos, falados, gestuais, gráficos, simbólicos etc.). Por isso, os Educadores Sociais são importantes, para dinamizarem e construírem o processo participativo com qualidade. O diálogo, tematizado – não é um simples papo ou conversa jogada fora, é sempre o fio condutor da formação. Mas há metodologias que supõem fundamentos teóricos e ações práticas, atividades, etapas, métodos, ferramentas, instrumentos etc.

Seguindo a pedagogia de Paulo Freire, haveria três fases bem distintas na construção do trabalho do educador social, a saber: a elaboração do diagnóstico do problema e

suas necessidades, a elaboração preliminar da proposta de trabalho propriamente dita e o desenvolvimento e complementação do processo de participação de um grupo ou toda a comunidade de um dado território na implementação da proposta.

O aprendizado do Educador Social numa perspectiva comunitária realiza-se numa mão dupla – ele aprende e ele ensina. O diálogo é o meio de comunicação. Mas a sensibilidade para entender e captar a cultura local do outro, do diferente, do nativo daquela região é algo primordial. A escolha dos temas geradores dos trabalhos com uma comunidade não pode ser aleatória ou pré-selecionada e imposta do exterior para o grupo. Os temas devem emergir de temáticas geradas no cotidiano daquele grupo, temáticas que tenham alguma ligação com a vida cotidiana, que considerem a cultura local em termos de seu modo de vida, faixas etárias, grupos de gênero, nacionalidades, religiões e crenças, hábitos de consumo, práticas coletivas, divisão do trabalho no interior das famílias, relações de parentesco, vínculos sociais e redes de solidariedade construídas no local. Ou seja, todas as capacidades e potencialidades organizativas locais devem ser consideradas, resgatadas, acionadas.

O Educador Social ajuda a construir, com seu trabalho, espaços de cidadania no território onde atua. Estes espaços representam uma alternativa aos meios tradicionais de informação que os indivíduos estão expostos no cotidiano, via os meios de comunicação – principalmente a TV e o rádio. Nestes territórios, um trabalho com a comunidade poderá construir um tecido social novo, onde novas figuras de promoção da cidadania poderão surgir e se desenvolver, tais como os “tradutores sociais e culturais”. Estes tradutores são aqueles educadores que se dedicam a buscar mecanismos de diálogo entre setores sociais usualmente isolados, invisíveis, incomunicáveis, ou simplesmente excluídos de uma vida cidadã, excluídos da vivência com dignidade. Partindo do senso comum, um novo sentido poderá ser construído via educadores/tradutores sociais e culturais. A cogestão democrática dos trabalhos desenvolvidos com a comunidade é um suposto e um pressuposto insubstituível.

Informação, indicadores socioculturais e econômicos da comunidade, contextualização da mesma no conjunto das redes sociais e temáticas de um município, breves notícias sobre suas memórias e experiências históricas são parte do acervo de instrumentos para formar um Educador Social em uma dada região.

Em síntese, o Educador Social numa comunidade atua nos marcos de uma proposta socioeducativa, de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns eixos valorativos, tematizados.

4. Projetos sociais, universidade e o compromisso social

Na atualidade, o desenvolvimento de projetos sociais passou a ter centralidade como forma de agregação das demandas sociais nas formas de organização da população por diferentes agentes mediadores, da sociedade civil ou política. A universidade segue este modelo, ela não só elabora projetos sociais na atuação de seus departamentos e núcleos

de pesquisa como faz parcerias com grupos comunitários, associações civis, movimentos, ONGs etc. para o desenvolvimento de projetos de intervenção social. Os projetos sociais atuais fogem do modelo de projeto social enquanto concepção sociopolítica de um dado grupo ou movimento social, aglutinador de uma visão de mundo, de uma dada proposta de atuação em uma área social. Os projetos sociais atuais são elaborados com o intuito de promover ações denominadas como de “inclusão social”, voltadas para grupos em situação de pobreza, vulnerabilidade social, ou situação de risco. Novos tempos, novas identidades são criadas ou impulsionadas. A identidade dos cidadãos desenvolvida anteriormente pelos movimentos sociais, assentada sobre direitos universais do conjunto dos demandantes de um bem ou serviço público, passou a ser reestruturada progressivamente, em termos de uma identidade fracionada, uma identidade descontextualizada, focalizada, estruturada segundo três critérios básicos: 1º – o econômico, ao selecionarem-se apenas os vulneráveis, os miseráveis, os que estavam em situação de risco, e não todos os pobres; 2º – características sociais: os vulneráveis passaram a ser divididos para atendimento nos programas elaborados, segundo critérios de raça, etnia, gênero, idade etc. 3º – o desempenho de uma atividade, o chamado “protagonismo social”. Alguns dos militantes dos antigos movimentos sociais – agora denominados como “ativistas”, foram sendo incorporados como mão de obra nos novos projetos, programas e conselhos criados; uma nova forma de “ativismo social” foi desenvolvida, não mais para organizar o protesto, mas para FAZER, laborar, atuar junto às camadas desfavorecidas, previamente selecionadas com a ajuda destes mesmos ativistas.

Disso resulta que o campo do social passou a ser dominado por comunidades organizadas em projetos sociais com crianças, jovens, adolescentes, mulheres; cooperativas de todos os tipos de produtos e serviços, todos atuando segundo a lógica do desenvolvimento sustentável, nos marcos de uma nova economia social que tem como suposto a criação de “capital social” para a solução dos problemas socioeconômicos. O poder da comunidade passa a ser visto como a parcela da sociedade civil organizada. A diferença desta concepção, em relação à dos anos de 1980, é que esta comunidade não está mais de costas, ou contra o Estado. Ao contrário, essa comunidade é convocada a participar e a interagir com os poderes constituídos e parte de sua força advém desta interação. O uso do termo comunidade nos projetos sociais desenvolvidos em parceria com as universidades, com o apoio ou não de políticas públicas, aparece na atualidade associado à ideia diversidade de culturas e, ao mesmo tempo, voltado para um dado território – categoria que vem se impondo no lugar de comunidade porque ela incorpora a dimensão do espaço, lugar, da memória, da história, da cultura e do poder. O território é visto como o suporte de práticas identitárias, que estão na base dos conflitos, mas também na construção de consensos. Por isto o desenvolvimento de projetos sociais tomam como marco referencial territórios de exclusão.

Outro aspecto a ser destacado na atualidade, quando abordamos a questão dos projetos sociais desenvolvidos pelas universidades, associações civis e outros, diz respeito ao

campo da institucionalização de formas da participação social civil; ao atendimento às demandas sociais, especialmente dos setores populares. Observa-se uma re-engenharia nas estruturas que canalizam as demandas sociais e no perfil das lideranças que realizam a mediação entre a população e as agências governamentais. A organização popular é de outra. Os canais de mediação institucionalizados são outros – câmaras, conselhos, fóruns etc. Tratam-se de estruturas normatizadas pelo poder público, e estas estruturas conectam-se com os grupos e associações organizados da sociedade civil que desenvolvem os projetos sociais. A dependência de verbas e aprovações de programas sociais passa a ser uma constante neste novo cenário, ainda que a maioria fale em voluntariado, projeto social para desenvolvimento da cidadania etc. Podemos citar, em grandes metrópoles como São Paulo, exemplos de associações ou entidades que passaram a ser agentes mediadoras na distribuição de benefícios sociais, como os tickets, vales, cartões etc. Usualmente os representantes destas associações não são pessoas com trajetórias de história de vida articuladas a processos educativos de formação e educação popular – como era usual nos anos de 1980 –, mas encontramos pessoas articuladas a políticos locais, que passam a ser os “organizadoras da comunidade”, retomando-se, em vários casos, práticas clientelísticas herdeiras do período populista. Associações são formadas e funcionam nas casas dos próprios “presidentes”, práticas usuais do velho esquema das Sociedades Amigos de Bairro do período populista. Registre-se ainda que não há o atendimento à universalidade dos direitos nas regras de inclusão para o recebimento de determinados benefícios. O poder local – outra categoria que havia sido ressignificada na fase do movimento associativista civil no período de luta contra o regime militar, e, posteriormente, na fase de redemocratização, saindo da concepção tradicional de poder das elites locais para significar força social local organizada (ver Sainslieu, Salzbrunn e Amiotte-Suchet, 2010), volta às suas origens clientelísticas, atua no espaço de relação da nova sociedade civil com a sociedade política, num determinado território. Os projetos sociais são a face visível desta delicada e complicada relação.

Conclusões

Vários setores relativos às áreas sociais, a exemplo dos sistemas educacionais, estão cada vez mais descentralizados e abertos; estão assim não por dádiva, mas por trabalho – fruto de demandas e pressões da sociedade civil, conquista dos movimentos sociais organizados. Mas o espaço apenas não basta, ele tem que ser qualificado; se não houver sentido de emancipação, com projetos que objetivem mudanças substantivas e não instrumentais, corre-se o risco de se ter espaços ainda mais autoritários do que já eram quando centralizados.

Começamos este texto com indagações sobre a natureza de novos termos que entraram para as agendas sociais, tais como responsabilidade e compromisso social, tanto nas empresas, como nas universidades etc. Destacamos o exercício de novas práticas educacionais no trabalho da sociedade civil organizada em movimentos, ONGs, fóruns e câ-

maras, as quais demandam novas práticas e posturas da universidade, ao mesmo tempo em que são espaços e agências produtoras de saberes e inovações democráticas educacionais. Concluímos com novas indagações: como democratizar a universidade para que reconheça estes espaços? Como ressignificá-los para que as obras e serviços públicos não sejam vistos como dádivas, mas sim como direito? Como resgatar o direito à participação nas políticas sociais no âmbito das instâncias locais, não se esquecendo de que elas são parte de um todo que extrapola as fronteiras nacionais, fazendo parte de um modelo de política globalizada? Como ressignificar estas políticas?

Há a necessidade de cursos de formação para os representantes da sociedade civil que são eleitos para os diferentes conselhos e colegiados. Mas devem-se considerar dois elementos: primeiro, os sujeitos da ação, dos cursos – eles devem ser dirigidos tanto para os representantes da sociedade civil, bem como da sociedade política, do aparelho estatal. Em alguns casos, o representante do poder público necessita até mais do curso – ele não sabe compartilhar, decidir junto. A democracia deliberativa tem outra lógica e outras exigências (Santos, 2002). Segundo: um curso nunca pode ser visto como uma mera capacitação técnica. Os cursos deveriam ser fundamentalmente cursos de formação. Há que se desenvolver saberes ético-políticos para que estes cursos acrescentem alguma coisa de fato significativa na prática cotidiana daqueles cidadãos. Um trabalho social numa perspectiva emancipatória deve buscar os vínculos e as redes identitárias de pertencimento dos indivíduos. Redes que promovam a inclusão social nos territórios onde estes indivíduos vivem, moram e trabalham. Constituí-los cidadãos de fato e não apenas de direitos abstratos. Desenvolver o espírito e a cultura da cidadania. Um projeto emancipatório contempla o desenvolvimento social em primeiro lugar, e o crescimento econômico qualificado como seu polo indutor.

As demandas tratadas nos espaços colegiados de participação são históricas – acompanharam o processo e o modelo de desenvolvimento do país, as reivindicações ajudam a construir as agendas de políticas públicas. A educação, de um modo geral, e a escola, de forma específica, têm sido lembradas como uma das possibilidades de espaço civilizatório numa era de violência, medo e descrença. A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas da escola com a comunidade civil organizada. As lutas pela educação podem ser o alicerce desta nova história. A participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra seu dever: propiciar educação de e com **QUALIDADE** para todos.

Resulta do cenário até aqui analisado que: as formas colegiadas, os movimentos e as lutas pela educação, nos seus diferentes campos, estão colocando a educação na agenda política presente do país, para além dos clássicos discursos liberais onde a educação era sempre “o futuro da nação”. Creio que o trabalho de **FORMAÇÃO** junto a organizações sociais deve ser retomado (e não só com a informação). A sistematização das aprendizagens e a construção do conhecimento precisam estar na agenda das entidades que realizam mediações pedagógicas com os conselhos, associações e movimentos. E a universi-

dade tem a capacidade e o dever ético de contribuir para esta formação. Aprendizagens e metodologias devem ser sistematizadas, socializadas.

Retomar a discussão da universalidade e da singularidade das ações coletivas contra a política da focalização dos atuais projetos sociais é uma forma de discutir a política. Alguns dos marcos legais que normatizam tais políticas devem ser revistos. As experiências devem ser resgatadas para que a esperança se reacenda. Os conselhos e organizações sociais devem se reapropriar do eixo da criatividade, das iniciativas. Na maioria dos casos eles estão a reboque das iniciativas governamentais, à espera de programas sociais que atendam suas demandas, ou no exercício de implementação de projetos sociais pontuais, sem continuidade ou avaliação. As iniciativas inovadoras têm que pautar as ações da universidade e outras associações voltadas para compromissos sociais efetivos, de mudança e transformação social. A educação para a emancipação deve ser vista não apenas como uma meta futura, um desenho, mas deve ser vista como uma prática social presente.

Em resumo: o compromisso ético e a opção pelo desenvolvimento de propostas que tenham por base a participação social via o protagonismo da sociedade civil, exige uma clara vontade política das forças democráticas organizadas para a construção de uma sociedade de um espaço público diferente do modelo neoliberal – construído em cima de exclusões e injustiças. É preciso que se respeitem os direitos de cidadania e aumente progressivamente os níveis de participação democrática de sua população. Esses níveis se expressam em espaços públicos, consolidados em instituições que dão forma aos direitos humanos e ao exercício da participação cidadã, presentes nos conselhos, plenárias, fóruns e outras possíveis instituições a serem inventadas. Tudo isso compõe o universo da temática: formação e compromisso social. E a universidade pode e deve ser um dos palcos destes acontecimentos.

Recebido em 30/05/12.
Aprovado em 01/07/12.

Bibliografia

- ADORNO, T. **Educação e emancipação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos ? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Edit., 2009.
- CASTORIADIS, Cornélius. **As encruzilhadas do labirinto 2: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos**. São Paulo: Unicamp/Paz e Terra, 2002.
- DARNTON, Robert. **O livro: capítulo 1**. Mesa 5. FLIP, Parati, 2010.
- HOBSBAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GEORGEN, Pedro. Universidade e responsabilidade social. In: Lombardi, José Claudinei. **Temas e pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2003, p. 101-120.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. **Teoria dos movimentos sociais**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2011a.
- _____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.
- _____. **Educação não-formal e cultura política**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011c.
- _____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010a.
- _____. **Educação não-formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010b.
- _____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.
- _____. **O protagonismo da sociedade civil**. Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Não-Fronteiras: universos da educação não-formal**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007.
- HABERMAS, Jurgen. **A inclusão do outro**. Estudos de teoria política. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.
- NOVAES, Adauto. Ciclo de crenças aborda crise na política. **Folha de S. Paulo**, 3/8/2010, p. E6, Ilustrada.
- RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- SAINSAIEU, Ivan; SALZBRUNN, Monika; AMIOTTE-SUCHET, Laurent. **Faire communauté en société - Dynamique des appartenances collectives**. Rennes:

Presse Universitaire de Rennes, 2010.

SANTOS, Boaventura de S. (org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A gramática do tempo**. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquin. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, vol. 6, nº 10, 2002, p. 117-124.

TOURAINÉ, Alain. **Un nouveau paradigme**. Paris: Fayard, 2005.

_____. **Penser autrement**. Paris: Fayard, 2007.

VALLAEYS, François. Quê significa responsabilidade social universitária? **Revista Estudos**, ano 24, nº 36, 2006.

WANDERLEY, Luiz E. W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.